

Assistência social e caridade: convergências e divergências

Social services and charity: convergence and divergence

Claudia Neves da Silva¹

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa concluída em 2003 e teve por objetivo investigar como se expressa a concepção de direito nas ações das pastorais sociais da Igreja Católica de Londrina. Diante da verificação de que a concepção de caridade e de direitos sociais caminha lado a lado no interior da Igreja, uma indagação surgiu: como a concepção de direito social se expressa nas diferentes pastorais sociais e suas repercussões na política de assistência social.

Palavras-chave: Igreja Católica. Caridade. Assistência social. Direitos sociais.

Abstract

This article is the result of a research conducted in 2003, with the purpose of investigating how the concept of rights in the Catholic Church social pastorals in Londrina is expressed. Assuming that the concept of charity and social rights stand side by side inside the Church, a question arises: how the social rights concept expresses itself in the different social pastorals and which are its repercussions in the social services policy.

Key words: Catholic church. Charity. Social services. Social rights.

Nas duas últimas décadas temos observado que as manifestações religiosas estão cada vez mais presentes nos diferentes segmentos da sociedade brasileira, motivando pesquisadores a desenvolverem estudos a respeito dessa temática. E como não poderia deixar de ser, o Serviço Social não ficou imune a essas expressões religiosas, já que alunos e profissionais de Serviço Social têm de lidar cotidianamente com a diversidade religiosa dos usuários que procuram os serviços nas prefeituras e entidades assistenciais.

Motivada por essa verificação, uma indagação surgiu: como os membros da Igreja Católica, voltados para atividades na área social, vêem aqueles que são atendidos pelas pastorais sociais? A partir desta questão central, desenvolvemos uma pesquisa entre os anos de 1999 a 2003, a qual se propunha investigar a concepção de direito social e caridade apresentada pelas pastorais sociais da Igreja Católica em suas ações assistenciais e a percepção daqueles que são alvo desta ação.

¹ Mestre em História – Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (PR). Endereço: Av. Garibaldi Deliberador, nº 325. Bl. 04, Apto. 61. Londrina/PR, CEP: 86050.280, Tel.(43) 3371-4245 E-mail: claudianeveess@sercomtel.com.br

Para sua concretização, entrevistamos os padres que assessoram as pastorais sociais – criança, menor, saúde, carcerária, sobriedade, terra, bem como a Sociedade de São Vicente de Paulo – os respectivos coordenadores e os atendidos por estas pastorais.

Partimos do pressuposto de que muitos voluntários de serviços assistenciais desenvolvem suas ações mesclando a concepção cristã de caridade com a idéia de direito social, fazendo com que estas caminhem lado a lado no interior da Igreja Católica.

Essa concepção de caridade pode ser encontrada em várias passagens da Bíblia, e a Igreja Católica, em virtude de sua hegemonia em nossa sociedade, difundiu-a por meio de um discurso repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria.

Dessa forma, o princípio da caridade é difundido como um dever cristão, como possibilidade de demonstrar perante a sociedade um caráter nobre e não como possibilidade de fortalecer os laços de solidariedade entre os membros da comunidade. Na maioria das vezes, a solidariedade restringe-se à doação de alguns itens da cesta básica ou a ajudas eventuais. Seu exercício envolve, muitas vezes, uma relação de favores entre aquele que oferece ajuda e o atendido, com a proteção social se dando em troca de serviços ou votos.

Uma nova postura diante de uma antiga realidade

Desde a década de 1960, a Igreja no Brasil vem passando por uma reorientação teológica e social em sua tradicional forma de agir. O Estado brasileiro passou a fundamentar sua legitimidade no discurso do desenvolvimento econômico, o qual promoveria melhorias de condições de vida dos trabalhadores e relegando a segundo plano a ideologia religiosa, que contribuía para garantir, através de um discurso anti-comunista e de negação da existência de conflitos sociais, a manutenção da ordem política e econômica.

Com o golpe militar de 1964, o discurso legitimador passou a fundamentar-se na doutrina de segurança nacional. Enquanto isso, com a emergência de lideranças leigas e populares no interior da Igreja, já não se justificavam as repetidas falas de padres e bispos quanto à importância de uma harmonia e união entre patrão e empregado, ricos e pobres, visto que o aprofundamento do antagonismo de classes dificultava a difusão de uma ideologia de conciliação nacional (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982).

Decresceu o interesse de colaboração entre Igreja e Estado, isto é, entre o poder político e o poder eclesiástico, e cresceu o contato com a massa de explorados e excluídos sociais: “Nesta direção, elaborou-se na América Latina um novo pensamento teológico que procura se fundamentar na análise sociológica da realidade social e na releitura dos Evangelhos” (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982). Práticas novas, como Movimento de Educação de Base, Juventude Operária Católica, Juventude Universitária Católica, passaram a dividir espaços com práticas tradicionais, como a Congregação Mariana, as Filhas de Maria, o Apostolado da Oração, havendo maior contato com a pobreza das cidades e campos. Tais práticas levaram a novos e diferentes discursos religiosos.

Diante dessa nova situação, e em resposta aos desafios apresentados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965 foi aprovado o Plano de Pastoral de Conjunto da Igreja, como consequência de uma necessidade de renovar estruturas desta instituição religiosa no Brasil. Uma ação evangelizadora mais ampla, por meio do alargamento da participação dos membros da Igreja, ou seja, os leigos (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1982). Assim, uma nova teologia foi construída, tomando por base a realidade latino-americana, marcada pela concentração de riquezas e desigualdades sociais, a teologia da libertação. Conforme Houtart (2003), para a teologia da libertação:

O capitalismo significa a objetivação, a coisificação do conjunto do real em termos econômicos, isto é, a transformação do cosmos em coisas, em objetos de troca rentáveis. A natureza se torna uma vasta mercadoria, o ser humano é reduzido a um simples *homo economicus*. A própria cultura é quantificada e entra na lógica do lucro.

Partiu-se do pressuposto teológico de experimentar Deus no encontro com os excluídos sociais, pois ele é, no dizer de Löwy (2000), um “produto espiritual do movimento social denominado cristianismo da libertação. Há vários princípios que regem a teologia da libertação. A matriz comum entre política e religião neste movimento é a fé”.

Tal situação gerou uma crise no interior da Igreja Católica Latino-Americana, exigindo uma revisão de sua postura política diante do agravamento dos problemas sociais. Como consequência, surgiram e fortaleceram-se as comunidades cristãs de base e as pastorais sociais que difundiram e aprofundaram a expressão e a celebração da fé e da esperança ligadas a uma prática política.

As comunidades consolidaram-se por todo o Brasil ao longo da década de 1970, graças aos incentivos de padres, leigos e religiosas das paróquias localizadas nos bairros da periferia. Sua principal característica consistia em discutir os problemas sociais, valendo-se da leitura do Evangelho, e exigindo do poder público respostas às questões do cotidiano dos cidadãos. Já as pastorais sociais, de acordo com a cartilha publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2001), representam:

essa solicitude da Igreja voltada especialmente para a condição sócio-econômica da população. Hoje como ontem, ela se preocupa com as questões relacionadas à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação, enfim, às condições reais da existência, à qualidade de vida...Ela expressa a compaixão de Jesus e o amor da

mãe, traduzindo-os numa ação social de promoção humana junto aos setores mais pobres da sociedade.

Para verificarmos em que medida a nova orientação da Igreja repercutiu nas práticas de cunho caritativo, procuramos desvelar o significado das ações e relações que se estabelecem entre padres, coordenadores de pastorais e os atendidos².

No que se refere ao conceito de caridade, alguns padres apresentam-na como um ato de amor ao próximo, que conduz a atos de bondade e ajuda, mas outros consideram-na o ponto de partida para ações que levam à mudança da situação observada no cotidiano da população³:

Quem se compadece do sofrimento do outro, não pode ficar omissa diante daquele sofrimento. Quem se compadece tem o direito e o dever de realizar práticas que venham a libertar aquela pessoa daquele sofrimento...Uma das formas de atuar a caridade, historicamente assistencialista, foi mudando, com o advento das leis, com os movimentos a nível mundial que aconteceram [...] (3)

A caridade é uma coisa passiva. A solidariedade é ativa. São valores evangélicos. São desdobramentos da caridade. A solidariedade você participa, oferece, você vê o sujeito não como um sujeito passivo, mas transforma o sujeito em protagonista da história. A caridade só vê a necessidade imediata: pão, a cesta básica, a coberta para o inverno. (5)

Acreditamos que estas ações diferenciadas acabam por levar a concepções diferenciadas. Os padres que estão mais próximos de pastorais que mobilizam, discutem e atuam nas questões relacionadas às políticas governamentais voltadas para o trabalhador ou para a área social, apresentam um discurso de busca de respostas para a realidade social.

Aquele que entra em contato com essa demanda se depara com uma situação na qual a concentração

² Ao iniciarmos a elaboração deste estudo, deparamo-nos com uma dificuldade: como denominar aqueles que recebem a atenção por parte das pastorais: assistidos – como os vicentinos chamam aqueles que acompanham - ou atendidos? Ao recorrermos ao dicionário Aurélio, verificamos que o 1º significa “auxiliar, socorrer, proteger” e atender significa “dar ou prestar atenção, acolher com atenção”. Após entrevistas com os coordenadores das pastorais, consideramos que o termo atendido é o que melhor expressa o trabalho desenvolvido.

³ Identificaremos os padres que nos concederam entrevista por números.

de riqueza e a conseqüente falta de distribuição de renda geram a exclusão de grande parcela de mulheres, homens, idosos, jovens e crianças dos bens e serviços da comunidade. Com isso, surge a necessidade de rever seus valores e o conceito de caridade e, muitas vezes, sua linha de ação pastoral, passa a questionar o valor da caridade enquanto esta se apresenta como passiva e reforçadora de uma situação de submissão. Certamente há aqueles que não se deixam sensibilizar e reforçam uma atitude de suposta isenção diante da realidade social.

Quando indagados a respeito do motivo de a Igreja voltar-se para os problemas sociais, houve unanimidade:

Fé e vida é unir as duas coisas. Celebrar, falar de Deus, viver. Celebrar a fé, mas também viver a fé no dia-a-dia. Que quer dizer viver a fé? Formar uma família de irmãos. A igreja primitiva era assim. Eles repartiam tudo em comum. Infelizmente, fugiu-se e está difícil. (7)

É esta nossa visão de igreja. De que adianta eu ir lá no mocó e falar de Jesus para eles? Tenho que falar de Jesus e oferecer uma alternativa de vida. (2)

A igreja tem uma consciência muito lúcida no valor da pessoa humana. Então, aquela parte do Evangelho que diz que o próximo se identifica com o Cristo e que no dia do juízo final Ele vai perguntar: ‘tive fome, tive sede, tive necessidades e você me atendeu, não me atendeu’. Porque ele se identifica. (4)

De acordo com Löwy (2000), desde o início da ascensão do modo de produção capitalista, a Igreja Católica manifestou-se contra a racionalização das relações comerciais, ou seja, contra as relações impessoais, movidas por interesses financeiros e econômicos, entre trabalhadores e patrões, não levando em consideração outros interesses ou valores, a não ser o lucro.

Segundo a perspectiva da hierarquia católica, houve uma ruptura entre as exigências econômicas e o ideal cristão. O capitalismo não poderia ser regulado por uma ética cristã, o qual era considerado por esta instituição religiosa, ateu, usurpador e um dos principais causadores das dificuldades dos mais pobres. Esta situação, alegavam, limitava o espaço

para orientações e ações caritativas. A aversão ao capitalista e ao lucro proveniente desta relação colocava em campos opostos Igreja Católica e capitalismo, desde o seu surgimento.

Uma outra razão da rejeição ao capitalismo por parte da Igreja seria a identificação de Jesus Cristo com o pobre, isto é, o Filho de Deus que veio ao mundo pobre, nascido em uma família pobre e que se colocou contra o poder econômico e político de sua época. Essa identificação levou membros da Igreja a adotar duas atitudes, a atenção caritativa para com o desfavorecido economicamente e a participação em movimentos baseados nas idéias que desafiam e combatem a injustiça social, denunciando o capitalismo como raiz do mal (LÖWY, 2000).

Há que se salientar, no entanto, que essa posição anticapitalista da Igreja católica teve, desde sua origem, “uma tendência esmagadoramente conservadora, restauradora, regressiva” (LÖWY, 2000). Uma nostalgia por uma sociedade hierárquica pré-capitalista, em que a Igreja detinha poderes excepcionais, e suas opiniões e decisões eram encaradas como leis divinas, visto que esta era a representante do Apóstolo Pedro na terra. No entanto, esta aversão foi superada quando surgiu um inimigo maior: o movimento trabalhista socialista, que com suas lutas, alcançaram significativas vitórias na Europa diante da intensa exploração do capital.

Ainda segundo Löwy (2000), no final do século XIX a Igreja viu-se obrigada a aceitar como irreversível o advento do capitalismo e do estado burguês. Com o agravamento da questão social e a desintegração dos laços sociais, esta buscou respostas para superar ou ao menos minorar tal situação. Ao mesmo tempo, deu-se o surgimento de uma esquerda católica, principalmente na França, o chamado “catolicismo social”, que criticava o excesso de “capitalismo liberal”, mas não desafiava a ordem social e econômica. Esta esquerda católica influenciou vários intelectuais da Igreja Latino-Americana, culminando com o surgimento e fortalecimento da teologia da libertação.

Seguindo esta linha de raciocínio, as ações voluntárias de membros da Igreja Católica possibilitam que se estreitem os laços de solidariedade entre aqueles que estão próximos dos que vivem em extrema pobreza. No entanto, notamos que esta solidariedade fica, muitas vezes, limitada às ações no plano individual.

Caridade e solidariedade: é possível uma nova perspectiva?

As entrevistas com os coordenadores⁴ das pastorais sociais não diferiram substancialmente das opiniões observadas junto aos padres. Também para os primeiros, suas atividades são movidas pela idéia de caridade, conduzindo-os a diversas formas de ação que julgam necessárias para a defesa e garantia dos direitos individuais e coletivos:

Para nós, caridade é ajudar a pessoa a sair daquela situação que ela se encontra, se ela está numa situação de pobreza ou numa situação de envolvimento com drogas...Isso para nós não é aquela questão de dar a coisa, mas caminhar junto com ele (M)

Para mim ser caridoso não é aquela pessoa que acolhe, é pai e mãe de cada pessoa, mas é aquela pessoa que se forma uma pessoa para ele ser dono de sua história, para ele ser sujeito da sua própria história, a partir do momento que ele está conscientizado que ele é um ser humano, que ele tem direito à saúde, moradia, ao trabalho, a tudo ele vai buscar estes direitos e não vai mais querer ficar ganhando cesta básica. (T)

Verificamos, nas falas dos entrevistados, a preocupação de que as ações desenvolvidas não se limitem ao fornecimento de cestas básicas, roupas ou remédios e de que a caridade possibilite a superação da situação de miséria das pessoas atendidas pelas pastorais. Também há, entre estes agentes, a convicção de que suas intervenções levarão a mudanças na condição de vida dos necessitados e, mesmo, a mudanças sociais e econômicas. Isso explica o fato de que para alguns, a ação caritativa deve levar a uma ação política:

⁴ Identificaremos os coordenadores de pastorais por letras.

⁵ Não iremos nos aprofundar na ação destes grupos por não ser este o nosso objetivo.

Ter amor ao próximo, sofrer na própria carne o sofrimento dos excluídos e ver o sofrimento com a alma, se por a trabalhar para o irmão e não ficar de braços cruzados. (F)

A Igreja não pode ser uma coisa separada da política, tem que atuar, tem que ter representantes dentro de uma Câmara, de um Senado, que tenha uma visão cristã, um pensamento cristão, porque hoje em dia a gente só vê o lado capitalista das pessoas, se vive para o consumo, quer dizer, quem pode mais chora menos, pisam em cima uma das outras para subir, isso não é pedagogia de Jesus, é exatamente o oposto. A Igreja não pode ficar alienada, nós somos a Igreja e a gente não deve se envolver com política, com questões sociais? Vamos ficar só na parte da oração? (A)

A conseqüência do maior contato de membros da Igreja com a realidade social teve como desdobramento uma nova visão com respeito à caridade: ela não deve ser mais percebida apenas em seu aspecto afetivo, de assistência e diálogo entre as classes e grupos sociais. Ao contrário, de acordo com Libânio (1982), a caridade, diante de uma situação de pobreza extrema, falta de recursos, passa a ser percebida enquanto

Uma caridade prática que implica numa análise objetiva da realidade e num colocar-se do lado de um dos pólos conflitivos. A caridade é conversão e esta passa, freqüentemente, pela experiência dura e dolorosa do conflito. Somente assumindo o conflito na sua rudeza, o homem é capaz realmente de amar com objetividade. O conflito pode ser uma mediação da caridade, pois somente através dele consegue-se criar condições objetivas de justiça e de amor para uma classe, para muitos seres humanos.

É importante salientar, no entanto, que ainda há muitos grupos de leigos que exercem uma caridade afetiva, assistencial e de colaboração, cuja característica principal podemos definir como o de minimizar o aspecto “feio e desagradável” da desigualdade social. Busca-se promover a solidariedade entre os favorecidos e os despossuídos, mas não se verifica a preocupação em considerar esses últimos como iguais⁵.

Mas, nas entrevistas com coordenadores de pastorais sociais, pudemos notar que muitos adotaram uma nova prática social, destacando a necessidade de mudanças na direção política e econômica para combater a pobreza. Hoje, esse discurso é repetido por muitos católicos, ao menos pelos católicos brasileiros:

A igreja no Brasil assumiu em todos os seus documentos, praticamente dos anos 60 para cá essa opção evangélica preferencial pelos pobres. Então essa atuação da igreja junto a essa população pobre, excluída, é indiscutível. Nem todos, sem dúvida, têm esse ativo junto a essa população, você vai encontrar aí os mais diversos tipos de trabalho, e muitos não estão ligados à questão social. Você vai encontrar hoje padres, religiosos e leigos sem dúvida mais ligados na questão religiosa, espiritual... (R)

Nessa perspectiva, a concretização da teologia da libertação deve ocorrer por meio de ações sociais e específicas que promovam e fortaleçam gestos de solidariedade para com os excluídos e entre estes. As pastorais sociais, entendidas enquanto um agir de leigos da Igreja na sociedade, tornam-se o espaço no qual se darão as ações de solidariedade.

Nas entrevistas realizadas, os coordenadores afirmaram que as pastorais devem ser constituídas, entre outros aspectos, pela solidariedade, porque, segundo a Igreja, nas ações de Jesus Cristo para com os pobres, a solidariedade foi o elemento central. Diante dessa verificação, Bingemer (1994) afirma que:

Crescer em solidariedade, viver a solidariedade é, portanto, segundo a fé cristã e o ensinamento da Igreja, viver uma ética que leva continuamente ao reconhecimento da dignidade pessoal do outro – seja qual for seu estado de vida e condição social – em pé de igualdade consigo mesmo e ao compromisso com a vida de todos, particularmente dos pobres e dos inimigos.

Para esse estudo, definimos solidariedade enquanto sentimento de responsabilidade e dever para com o outro, sentimento que envolve reciprocidade, responsabilidade e dever de um grupo com outro grupo ou de um indivíduo para com outro indivíduo. Este sentimento de solidariedade é tão mais

importante, à medida que leva ao reconhecimento do problema do outro, incentivando à busca de sua superação, seja por meio de ações emergenciais e fragmentada, seja por intermédio do engajamento em movimentos sociais, associações ou cooperativas.

De acordo com os coordenadores, as pastorais não deixam de atender a essa solicitação quando da realização de suas atividades:

Como a pastoral tem esse cunho religioso, as pessoas mais carentes vêm nesta pastoral algo que ela possa de fato contar para que saia da condição na qual se encontra e aí uma coisa passa a outra. Se você for ver a criança por exemplo, tem a família, tem o desemprego, tem o doente, tem as condições de higiene, enfim, tem uma série de questões sociais e econômicas; uma coisa está ligada a outra, isso cria na pessoa uma expectativa grande, que ela já não tem mais a quem recorrer... (R)

Não obstante, este laço de solidariedade que deveria fortalecer a união entre pessoas e grupos sociais, passou a ter uma nova utilização com a reorientação política e econômica que o Estado brasileiro vem experimentando ao longo das décadas de 1980 e 1990.

A perspectiva neoliberal assinala que o mercado é o espaço legítimo para resolução dos problemas econômicos e sociais, assim como para regulação das relações sociais, pois os interesses e necessidades sociais estão subordinados às estratégias mercantis. Com o fortalecimento dessa perspectiva, o Estado busca implementar esta política neoliberal. Entre outras medidas, o Estado apropria-se da idéia de cooperação solidária entre indivíduos e grupos sociais e passa a utilizá-la como instrumento para livrar-se da pressão da sociedade civil por ações mais efetivas diante das desigualdades sociais.

No que diz respeito à área da assistência social, caberia à sociedade civil a construção e manutenção de instituições de atendimento às famílias em situação de risco social, criança, idoso, pessoa portadora de deficiência, estabelecendo parcerias com os governos municipais e estaduais. Assim, permite ao Estado diminuir seu espaço de atuação na área social, por

meio da redução do orçamento destinado às políticas sociais e da redução de funcionários para este setor, repassando para a sociedade civil a responsabilidade no atendimento à população excluída de bens e serviços.

O resultado dessa omissão é a promoção da “privatização da assistência” (NETTO, 1999), como tantas outras privatizações de empresas e serviços estatais ocorridas no período. Conforme nos diz Gusmão (2000):

Segundo a proposta do governo, é necessário que a sociedade se torne parceira do Estado, partilhando com ele o enfrentamento das desigualdades sociais. Essa parceria deve envolver a solidariedade de organizações não-governamentais e populares, sindicatos, universidades, igrejas e empresas. O Estado perde a primazia na responsabilidade da questão social.

No que se refere às ações das pastorais sociais, também não foi diferente, estabelecendo-se parcerias entre governo e algumas pastorais:

A Secretaria de Saúde está contribuindo com as entidades e também à casa de apoio Madre Leônia que atende pessoas carentes que vêm fazer quimioterapia no Hospital do Câncer. Elas passam uma verba mensal para os funcionários, então é o trabalho que eles fazem, mas na maioria das vezes, nós não temos porque a gente encaminha para a assistente social e tem sempre aquela história de que não tem condições. (S)

Tem convênio o com o Projeto Murialdo e tem convênio com a prefeitura; a gente está atuando também com eles, inclusive temos alguns técnicos que são pagos pela prefeitura... (M)

Outrossim, as atividades das pastorais sociais têm mobilizado dezenas de voluntários, os quais atendem outras dezenas de pessoas. Trata-se de uma ação que é de pouca visibilidade, e em locais em que o poder público tem pouca ou nenhuma ação, substituindo-o na maioria das vezes.

Ao nível da Arquidiocese de Londrina, nós temos aproximadamente 2000 agentes fazendo o trabalho da pastoral... (S)

Nós aqui em Londrina estamos aproximadamente com uns 35 participantes...começamos este ano a expandir para outros bairros aonde existe um maior número de adolescentes sendo atendidos pela liberdade assistida. (M)

Nós temos 9.384 famílias atendidas na Arquidiocese de Londrina, 1.082 líderes, crianças atendidas são 15.003 e 371 gestantes. Entre essas líderes, a maioria é de senhoras, donas-de-casa, muitas trabalham e aproveitam os finais de semana para esse trabalho, mas têm outras já aposentadas, temos também jovens líderes e até senhoras de 90 anos de idade. (C)

Esse trabalho das pastorais abrange diferentes e diversos bairros de Londrina, o que por certo ocorre em outros municípios. Um trabalho de cooperação solidária entre os cidadãos que o poder público não pode descartar, ao contrário, utiliza-se largamente dele.

As atividades das pastorais reforçam a omissão do Estado no enfrentamento da questão social, de modo que elas assumem e passam a cumprir tarefas que extrapolam seus objetivos. Desse fato decorre a exigência de um maior número de voluntários, pois as instituições não conseguem atender a todos que necessitam. Além disso, esse fato leva muitos destes voluntários a um engajamento político, por meio da ampliação de seu campo de ação: ocorre a articulação com movimentos ou organizações sociais e a participação em diferentes conselhos – saúde, assistência social, drogadição – e isso reforça a noção de que assistência social deve ser garantida enquanto um direito social.

Participamos das reuniões para formação do conselho municipal anti-drogas. (A)

As pequenas e grandes rodas de conversa, que é um trabalho onde líderes treinadas repassam essa formação para outros grupos, onde reúne pessoas da comunidade, da pastoral...podendo reunir com pessoas da associação de moradores...A saúde bucal, o trabalho da rede de comunicadores solidário, trabalho com rádio que fazem parte das ações complementares...buscamos fazer um trabalho conjunto com demais pastorais e também com outras igrejas cristãs... (C)

Nesse período, no qual o Estado se omite em sua responsabilidade no trato da questão social, verificase a tentativa de refilantropização da assistência social (YAZBECK, 1996) por parte do Estado, a valorização do trabalho voluntário em detrimento da qualificação profissional para atuação na área social. Mesmo assim, aqueles que atuam nas pastorais sociais movidos por valores como amor ao próximo, solidariedade, não perderam de vista e, ao contrário, reforçam a idéia de direito social:

porque a caridade muitas vezes não é você dar prato de comida, mas pegar uma pessoa e mostrar que ela tem direitos; mas que ela tem que lutar por isso e tenho certeza de que ela pode, tem condições para isso. (T)

A despeito de os coordenadores de pastorais apresentarem um discurso de renovação das estruturas sociais, verificamos que há uma distância substancial nas ações do dia-a-dia junto aos atendidos por estas pastorais. Na esfera do discurso, palavras como direito, mudança social e política, solidariedade são comuns. No entanto, ao entrevistarmos os atendidos, verificamos que as ações desenvolvidas estão longe de promover estes objetivos, como veremos a seguir.

“Toda ajuda é de aproveitação aqui em casa”

O contato com os atendidos pelas pastorais⁶, mostra que estes, ao necessitarem de ajuda para pagar suas contas ou para comprar alimentos ou remédios, já haviam percorrido outros lugares, como a Prefeitura e entidades assistenciais. Com isso, eles demonstravam conhecer o caminho para chegar aos “locais de ajuda”, isto é, o tradicional caminho de ajuda informal, e até mesmo o discurso que deveriam reproduzir para obtê-la:

Pedi para o Sinal Verde, porque eu estava catando papel e fui pegar roupa lá no Sopão dos Catadores, terça-feira, lá na Concha Acústica. Eu levei as crianças

porque naquele dia, a minha irmã ia demorar para chegar, eu não levei os pequenos, só os três grandes. Eles (Sinal Verde) pararam, eu expliquei, falei que vão vir fazer uma visita aqui em casa para avaliar a situação para poder me dar alguma ajuda. Mas, eu continuo na dificuldade. Os vicentinos vieram uma vez aqui, me deram uma cesta básica e não vieram mais. Eu frequento a igreja e fui falar com eles e eles falaram que tinha gente que precisava mais do que eu... (Ana)

A casa é um barraco de poucos cômodos e não consegue abrigar todos os membros, o alimento não é suficiente para matar a fome, o remédio não pode ser comprado porque não há o dinheiro necessário, a violência doméstica, a briga entre vizinhos, a “guerra” entre gangues de jovens ou entre quadrilhas de traficantes e suas conseqüências reverberando naqueles que moram ao redor, com a violência diária apresentando sua face de terror. Essas situações enfrentadas cotidianamente, levam a realidade a se resumir a este embate diário:

Aqui só eu e Deus. Eu não trabalho, não dá para eu trabalhar. Sabe quantos anos eu tenho? 74 anos. Eu tenho vontade, mas não dá. Eu vou contar uma coisa para vocês: para procurar serviço, o pessoal não quer mais gente da idade que eu estou, porque eu sinto uma dor nas pernas, dor no joelho, eu trabalho, eu ando mais devagar, eu não posso subir no banco para limpar janela, não posso abaixar para limpar chão. Deixo quieto, fico quieta na minha, não é melhor, porque posso quebrar um prato, posso cair, porque as minhas pernas são fracas, eu ando devagar, eu ando por todo canto, vou a igreja todo sábado, no domingo...vou fazer minhas compras, tudo porque eu não sou aposentada, mas tenho aposentadoria do meu marido que morreu (Hilda)

A luta pela sobrevivência exige de homens, mulheres, idosos e adolescentes estratégias diárias para superar a falta de recursos para comprar os produtos minimamente essenciais. Esse fato impede, na maioria das vezes, qualquer outro tipo de ação a longo prazo, já que a emergência do imediato lhes exige ações que excluem a possibilidade de

⁶ As entrevistas foram realizadas com atendidos pelas pastorais da criança, carcerária e pelos vicentinos, os quais estão identificados por nomes fictícios.

mobilização e organização para conquista e garantia de direitos. Nas relações que estabelecem com os vizinhos e amigos, os membros da comunidade observam que todos vivenciam as mesmas situações, trocam informações e experiências, em busca de soluções emergenciais. Dentre estas procuras, encontra-se a ida às pastorais sociais:

Na época ela era mais bebê, bem mais pequeninha, e assim uma colega minha estava freqüentando e falou: “ah, porque você não vai na pastoral”. Porque na época eles davam leite, um monte de coisa. Agora está mais difícil, está mais fraco. Eu peguei e comecei a freqüentar, ela começou a ir e estava com dois anos. Tem uns três anos que ela participa. (Ester)

Ah! Eu comecei a participar através de uma amiga. Eu nem sabia que existia, eu sei que a gente começou a participar, porque aquela dali tem bronquite (mais velha), esse aqui tem bronquite e essa daqui (mais nova) deu bronquite, esses dias, ficou internada, com pneumonia. Pra conhecer. Faz tempo! Uns quatro anos já. (Nina)

Verificamos que os princípios altruístas dos católicos orientam os trabalhos solidários junto a estas famílias, os quais podem perdurar por vários meses, e chegam a completar anos, por causa da precária situação sócio-econômica dessas pessoas, agravada muitas vezes pela doença e idade avançada. Essas ações solidárias, porém, podem ocasionar o estabelecimento de uma relação ao mesmo tempo de solidariedade, dependência e submissão:

Eu vivo de ajuda das pessoas tanto de leite, de alimento, de roupa de tudo...de remédio (Maria)

Na época eu pagava aluguel aí meu marido sofreu acidente. Nesse intervalo, eu tive que ficar parada, não pude trabalhar. Eu os procurei e eles começaram a me ajudar. Foi desde a época em que eu pagava aluguel. Eu me recorria com eles porque era a única pessoa que eu sabia que poderia me ajudar. (Márcia)

Esse fato demonstra que a cooperação solidária dos membros das pastorais é necessária e urgente para enfrentar uma situação emergencial, porém, não avança em busca de soluções para superar a situação

de miserabilidade dessas famílias, já que as ações limitam-se aos problemas imediatos. Como já foi dito anteriormente, a solidariedade e as ações dela decorrentes são importantes para fortalecer a sociedade civil, à medida que supera o individualismo e possibilita a participação em ações coletivas.

Todavia, na maioria das vezes, o trabalho voluntário não tem por objetivo a superação das precárias condições sócio-econômica dos indivíduos, mas apenas a atenção a uma situação emergencial, não ocorrendo, por exemplo, o fomento à organização de atividades das famílias ou indivíduos em cooperativas e associações, possibilitando a qualificação mínima de homens, mulheres, adolescentes ou a formação de grupos de debates para busca de soluções para a comunidade.

Não obstante, verificamos nos discursos dos coordenadores das pastorais, a preocupação em buscar soluções que vão além do paliativo, e a mensagem da CNBB afirma que as pastorais sociais “expressa(m) a compaixão de Jesus e o amor da mãe, traduzindo-os numa ação social de promoção humana junto aos setores mais pobres da sociedade” (CNBB, 2001). No dia-a-dia, os membros dessas pastorais defrontam-se com a miséria, com as limitações de um trabalho solidário voluntário, no qual não há muito a ser feito. Com efeito, as ações voluntárias são limitadas e instáveis por diversos fatores – disponibilidade do voluntário, poucos recursos, falta de capacitação técnica, e o trabalho a ser desenvolvido exige o envolvimento de técnicos qualificados de diferentes áreas, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, os quais, supomos, realizarão um trabalho contínuo e em rede.

Assim, uma outra consequência dessas ações prolongadas é a dependência estabelecida entre os atendidos e os membros das pastorais. Com isso, reforça-se a situação em que vivem e não se assegura a inclusão social destes:

Uns 3 anos...desde a época do padre Jair...ele é que falou “vamos dar uma ajudinha para vocês”. Antes, eu tive um problema na coluna e até o senhor Luis

chegou a ver, e eu não podia nem andar, passei muito mal e isso durou muito tempo e para eu fazer o tratamento sério eu tinha que comprar as receitas e o tratamento durou 1 ano, e na época a gente não tinha condição de comprar o medicamento, porque o remédio custava \$130,00 reais por mês, e a gente recebia \$90,00 de pensão... (Judite)

Já faz mais de 2 anos; teve uma época que eu estava sem serviço, outra época eu estava doente, então a gente passou necessidade das coisas, aí viram a precisão da gente e resolveram nos ajudar. (José)

Faz uns quatro anos que eu sou atendida... Os Vicentinos deram essa casa para eu morar porque quando eles começaram a ajudar, eu estava grávida da menina e não tinha condições de trabalhar e eles me dão a cesta básica...(Lia)

Por último, o fato de ser atendido por uma pastoral, isto é, por ser objeto de uma ação a princípio altruísta, revela que este tem que se submeter a determinadas normas e exigências colocadas para receberem a “ajuda”, sob pena de se verem excluídos do atendimento:

A única coisa é que a gente participe da igreja, porque é importante, a gente também não pode abandonar a igreja, né? (Márcia)

Eles querem que a gente trabalha, né. A gente tem que se esforçar pra sair do buraco, ficar a vida inteira só pedindo e recebendo, não... A gente tem que trabalhar e seguir certinho: não arrumar mais marido, mais homem, não arrumar mais filho pra ficar sofrendo. Isso aí é o que eles falam pra gente. (Lia)

Portanto, o merecimento por parte de quem deva ser objeto da caridade acaba por estabelecer uma relação vertical e de favores. Nela, os propósitos altruístas são suplantados pelos valores morais e éticos do voluntário, que tem por intenção enquadrar essa população em sua concepção de mundo. É importante salientar que a tentativa de enquadramento não se dá de forma deliberada. Ao contrário, esses voluntários são de fato, movidos pela idéia do amor ao próximo, da solidariedade, apesar de seus sentimentos virem imersos nos ideais da classe média, da qual a maioria deles provém.

Para criar uma relação horizontal, minimamente igualitária entre atendidos e voluntários, seria necessário que o discurso dos coordenadores dessas pastorais fosse, ao menos, colocado em prática, ou seja, a defesa dos direitos individuais e coletivos, o trabalho solidário. Entretanto, tal fato exigiria o questionamento e a superação de seus próprios valores morais e espirituais, já que haveria uma abertura e conseqüente compreensão da realidade social em que vive, possibilitando elaborar novos valores morais e espirituais. Além disso, seria interesse deles a própria mobilização e a superação de seu senso comum?

Considerações Finais

Com a difusão da idéia cristã – ocidental de caridade no Brasil, observa-se que a assistência ao longo da história não apresentou um caráter sistemático e contínuo para melhoria das condições de vida daqueles que vivem na miséria. Ocorreu, ao contrário, um caráter assistencialista, baseado em uma ajuda emergencial, fragmentada, autoritária e paternalista, exercida por voluntários, associações religiosas e, em momentos de grave crise econômica ou institucional, pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal. De acordo com essa concepção, caberia aos pobres aceitar a ajuda emergencial e procurar, por seus esforços, melhorar suas condições de vida.

A década de 1990, porém, trouxe uma nova perspectiva para a assistência social e ela passou a figurar como política pública. No lugar da caridade de voluntários da sociedade civil, o Estado veio a constituir-se como o principal responsável pelo enfrentamento à pobreza e os usuários como cidadãos de direito. No âmbito legal e do discurso, houve esta ruptura com o cotidiano das ações assistenciais e verificamos que a lei e seus artigos apresentam um caráter não-religioso, mas secular, de modo que ficam assegurados os usuários da assistência. No entanto, os voluntários (e aqui nos referimos aos católicos, porque ainda são em maior número) continuam a

atuar, e mantêm uma certa hegemonia nas práticas e serviços nesta área, sob a perspectiva da caridade e do amor fraterno.

Com base nessa observação, consideramos que a consolidação de um novo modelo para a política de assistência social depende da superação de antigas práticas e concepções, depende de como os prestadores de serviços e seus usuários percebem a assistência: se na perspectiva do direito ou se ainda mesclam a antiga prática caritativa com o movimento da sociedade atual.

Por esse motivo, avaliamos que é importante e necessário desmistificar a idéia, largamente difundida em nossa sociedade, de que assistência à população carente de bens e serviços deve pautar-se na concepção de caridade. Essa concepção, inadvertida ou deliberadamente, é utilizada por diferentes atores sociais, subordinados ou não a uma instituição religiosa, o que vem obscurecer, dessa forma, o princípio do direito, garantido no artigo 4º da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993).

Referência

- BINGEMER, M. C. *Doutrina social da igreja e teologia da libertação*. São Paulo: Loyola, 1994.
- BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 dez. 1998.
- CAMARGO, E. P. F.; SOUZA, B. M.; PIERUCCI, A. F. O. *Comunidades eclesiais de base*. São Paulo: O povo em movimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CNBB. *O que é Pastoral Social?* São Paulo: Loyola, 2001. (Cartilhas de pastoral Social, n. 1).
- GUSMÃO, R. A ideologia da solidariedade. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 62, p. 93-112, 2000.
- HOUTART, F. *Mercado e religião*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIBÂNIO, J. B. *Pastoral numa sociedade de conflitos*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NETTO, J. P. *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- YAZBECK, M. C. A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 164, p. 37-51, 1996.

